

VCS

## ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CLARA / CASTELO VIEGAS

### ATA

Ao dia vinte e oito do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas 21horas, reuniu na Sede da União de Freguesias a Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1: Discussão e aprovação das Atas dos dias 29/12/2015 e 19/02/2016**

**Ponto 2: Assuntos de interesse para a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas.**

**Ponto 3: Discussão e aprovação de Relatório de Contas referente ao Exercício de 2015.**

Estiveram presentes os seguinte elementos

#### **Partido Socialista:**

José Carlos clemente

Gustavo André Gonçalves Rocha

José Filipe Vicente Graça

Maria Alice da Silva Viseu

José Manuel Mateus Pereira

#### **Coligação "Por Coimbra":**

Sandra Luísa dos Santos Marques

Miguel Ângelo Vieira de Melo e Lopes

Paulo Jorge Vieira de Melo Pinto Lopes

João Carlos Abreu

Ana Catarina de Oliveira Ferreira

#### **Coligação Democrática Unitária:**

António Filipe Carvalho Domingues

Maria Isabel Fernandes

**Cidadãos Por Coimbra:**

Vitor Abel Simões

**Independente:**

José Manuel Fresco

-O Presidente da Assembleia dirigiu-se à Assembleia para informar que a 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia pediu suspensão de mandato por 10 meses (Documento em anexo) sendo que doravante passará a ser substituída pelo elemento a seguir na lista dos Cidadãos Por Coimbra, Vitor Abel Simões.

**Entrou-se no Ponto 1 da ordem de trabalhos:**

-O Presidente da Assembleia de Freguesia, após as retificações feitas à ata de 29 de Dezembro coloca a ata a votação. A ata de 29/12/2015.

Ata aprovada por maioria com abstenção de Maria Alice Viseu e Paulo Pinto Lopes pelo motivo não terem estado presentes na referida Assembleia de Freguesia.

-O Presidente Executivo pede a palavra, refere que falta o documento com a demissão do Sr. António Domingues da "Coligação Unitária Democrática" para que o lugar seja ocupado pela Sr(a) Maria Isabel Fernandes poder estar presente como membro efetivo da Assembleia.

O Presidente da Assembleia informou ter conhecimento da renúncia ao mandato do Sr. António Filipe Carvalho Domingues, sendo o seu lugar ocupado pela Sr(a) Maria Isabel Fernandes ambos elementos da lista "Coligação Unitária Democrática"- CDU. Afirmou que na Assembleia da União de Freguesias anterior procedeu-se á recomposição dos elementos da Assembleia e que o elemento António Filipe Carvalho Domingues cedeu o seu lugar á Sr(a) Maria Isabel Fernandes, ficando em enviar o documento da renúncia ao mandato.

- Isabel Fernandes (CDU), esclarece que tem o documento com a respetiva renúncia por parte do Sr. António Domingues e que o fará chegar ao Presidente da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Assembleia aceita a permanência da eleita Isabel Fernandes, chamando atenção para o cumprimento da lei, tendo em conta a afirmação e compromisso prestado.

-O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca a ata de 19 de Fevereiro a votação.

Ata aprovada por maioria com abstenção de João Abreu pelo motivo de não ter estado presente na referida Assembleia de Freguesia.

**Entrou-se no Ponto 2 da ordem de trabalhos:**

-José Graça do Partido Socialista pede a palavra, começa a sua intervenção por dizer que algumas coisas a que a Junta de Freguesia se propôs fazer e que não foram feitas. Afirma que o inverno foi rigoroso mas que isso não é desculpa para que muitas coisas não sejam feitas. Nas Lajes, na zona da antiga fábrica de tecidos as valetas estão entupidas, a água passa pela estrada. Os passeios de toda freguesia estão cheios de ervas. Faz um apelo para que o Executivo da União de Freguesias pense na imagem que está a passar. Louva a Câmara Municipal pela obra do Convento de São Francisco, que é um novo pólo de atracção para a freguesia e faz votos para o que Executivo o rentabilize e aproveite. Agradece ao Presidente da União de Freguesias pela ajuda que deu ao salão Paroquial de Castelo Viegas e também pelo arranjo da nacional N110.

José Graça do Partido Socialista, prossegue a sua intervenção interrogando o Presidente da União de Freguesias do porquê de na estrada do Travasso apenas ser ter pavimentado o meio da estrada e não se ter pavimentado também os acessos. Termina a sua intervenção exprimindo o seu descontentamento por os membros da Assembleia de Freguesia não serem convidados para os eventos organizados pela União de Freguesias, é da opinião de que os membros da Assembleia mesmo que não fossem convidados deveriam ser informados dos eventos que acontecem na Freguesia.

-Isabel Fernandes da Coligação Democrática Unitária pede a palavra, pede ao executivo para intervir na rua que vai do Centro de Saúde de Santa Clara ao espaço comercial Fórum, sendo uma zona com muito movimento, são necessários passeios e iluminação no sentido de garantir a segurança de quem lá passa. Afirma que na estrada da Madalena para o cemitério falta alcatroar ou melhorar o acesso.

- João Abreu da Coligação "Por Coimbra" pede a palavra, inicia a sua intervenção dizendo que todos são sensíveis à questão das águas. Afirma que se construiu um Convento mas que se destruiu outro. As razões disso também podem ser climatéricas, mas o facto é que os documentos do Mosteiro de Sta. Clara a Velha foram destruídos pela água, é uma tristeza. A primeira pérola de Sta. Clara foi esse Mosteiro que também custou muito dinheiro do erário público e foram executivos camarários anteriores que dinamizaram o convento de São Francisco. Em relação aos convites também poderiam ser mandados da câmara para o executivo da junta, o que não aconteceu.

João Abreu prossegue a sua intervenção dizendo perguntando a razão da rotunda do Silva Gaio, diz que percebe a razão da obra mas que a mesma não foi explicada às pessoas da Freguesia. Afirma que gosta das coisas feitas, não precisa de pompa e circunstância. Reconhece que a abertura do Convento de São Francisco é importante pois alavanca e é capaz de reconhecer o trabalho de outros. Nesse sentido apesar de as obras não estarem prontas o executivo recebe de braços abertos o Convento. Em relação à estrada de acesso ao Fórum, o Ikea não veio, algo que ainda está por explicar, mas os promotores da obra é que ficaram de arranjar os passeios.

-José Graça do Partido Socialista pede a palavra para dizer que gostou do que o João Abreu disse, pois repetiu algumas coisas que ele disse apenas de uma forma mais pomposa.

Handwritten initials and numbers: "92" and "18".

- O Presidente da Assembleia de Freguesia intervém, pede à Sra. Isabel Fernandes da “Coligação Democrática Unitária” para dar o seguinte recado aos camaradas de Partido: Devem ler as atas da Assembleia de Freguesia e que não entra em tricas de Partidos. O seu nome foi falado em jornais, esclarece que não tem nada a ver com acordos e coligações alheias, são problemas internos do partido. Esclarece ainda que não tem nada contra o Presidente do Executivo e que também não tem conluios com ele. Por último convida a “Coligação Democrática Unitária” a ir às Assembleias de Freguesia e depois sim emitirem opinião sobre a sua pessoa e seus procedimentos. Afirmou que cumpre escrupulosamente com a lei e com o Regimento da Assembleia.
  
- Isabel Fernandes da Coligação Democrática Unitária pede a palavra, afirma que o Presidente da Assembleia de Freguesia também não explicou as providências que tomou em relação às denúncias.
  
- O Presidente da Assembleia de Freguesia remete resposta para as atas. Afirma que se a “Coligação Democrática Unitária” quiser ir para tribunal, disponibiliza-se para ir esclarecer o que quiserem saber. Vai aguardar tranquilamente que as entidades competentes o contactem, mais uma vez reforça que foi uma questão interna da” Coligação Democrática Unitária” e que a Assembleia de Freguesia não tem nada a ver com o assunto. Termina dizendo que a partir deste momento, não falará sobre este assunto sem ser no local próprio.
  
- Isabel Fernandes da” Coligação Democrática Unitária” afirma que a Assembleia de Freguesia é um órgão fiscalizador.
  
- O Presidente da Assembleia de Freguesia esclarece que não é dono da Assembleia e que tem a obrigação de ser idóneo e transparente.
  
- Miguel Pinto Lopes da coligação “Por Coimbra” pede a palavra, começa a sua intervenção dizendo que vivemos num estado democrático, pelo que é preciso ouvir todas as opiniões mesmo quando são desprovidas de fundamento. Prossegue afirmando que a” Coligação Democrática Unitária” tinha a obrigação de saber que a mesa da Assembleia de Freguesia não é independente da Assembleia. Que a “Coligação Democrática Unitária” não pode cobrar algo quando sempre foi inerte ao nunca apresentarem uma proposta que vinculasse o Presidente da Assembleia a tomar alguma ação. Por último relembra que as atas disponibilizadas têm de ser pagas.
  
- O Presidente da Assembleia de Freguesia dirige-se ao membro da Assembleia João Abreu, esclarece que nas cheias do mosteiro a melhor pessoa que pode explicar o que aconteceu é a diretora da Cultura do Centro. Segundo as palavras da mesma existe fortes indícios que a EDP efetuou descargas na Barragem da Agueira de forma descontrolada e não articulada com as entidades. Aliás estas palavras foram lidas na Comunicação Social. Refere que foi um forte dano e que os cidadãos de Coimbra ficaram tristes com o acontecimento. Em relação à abertura do Convento de São Francisco, elucida que com as suas virtudes e defeitos, com todo o dinheiro gasto, com todos os erros, ele abriu e serve a Cidade. Isso traduziu-se num acréscimo e valorização do património e que quando estiver terminado, todos o vão valorizar.

- O Presidente do Executivo pede a palavra, explana que no dia das cheias ele próprio andou a limpar as valetas, mas a chuva foi demasiada. Que a Câmara tem a obrigação de arranjar as estradas com calçada e não o faz. Continua a sua intervenção dizendo que a freguesia tem 126 km de estradas para limpar e são apenas 5 pessoas a fazer essa limpeza o que se traduz numa impossibilidade de limpar a freguesia toda ao mesmo tempo. Esclarece ainda que gastou em produtos, ordenados, etc. 78000 euros, mais do que foi protocolado. Em relação ao Convento de São Francisco explica que nem sequer foi convidado a acompanhar as obras mas que sabe que não está pronto, nem perto disso. Só é convidado quando é necessário compor o “ramalhete” e que não acha isso elegante. Em relação à estrada do Travasso pediu a um empreiteiro que já fez tantas obras à União de Freguesias para fazer a obra gratuitamente e o empreiteiro executou aqueles metros, colocando betuminoso. Afirmou ainda que depois daquela obra executada recebeu de um município um ar condicionado para a União de Freguesias.

O Presidente do Executivo prossegue a sua intervenção esclarecendo que quando manda convites ninguém aparece, por isso reserva-se ao direito de não convidar e só o fazer quando quiser. Em relação à estrada de acesso ao fórum elucida que era o empreiteiro que deveria ter feito os passeios e iluminação e que foi o Sr. Dr. Carlos Encarnação (ex-Presidente da Câmara) que mandou alcatroar aquela estrada. Remete as responsabilidades para a Câmara Municipal. Na questão do assoreamento do rio tem um documento explicativo que convida todos os presentes a ler no sentido de ficarem esclarecidos em relação à questão.

O Presidente do Executivo termina a sua intervenção com algumas considerações. Fala no Aqueduto do Mosteiro Real, em que a sua água vem do carrascal na granja de Sta. Clara ( zona da Escola Inês de Castro) e que está a ser roubado pelos particulares nas suas obras e que a Câmara não ajuda a impedir essa delapidação de património. Anda a tentar classificar os aquedutos para os proteger mas tem-se tornado uma tarefa quase impossível. Em relação à rotunda da Escola Silva Gaio aprova a sua construção, acha que é um projeto necessário à Freguesia. Esclarece que as atas do executivo estão no placar da Junta de Freguesia, podendo ser consultadas e que recebeu uma carta do membro Isabel Fernandes da “ Coligação Democrática Unitária” a pedir as atas do executivo com base numa lei que nada tem a ver com o assunto.

### **Entrou-se no Ponto 3 da ordem de trabalhos:**

- Vitor Simões dos “Cidadãos Por Coimbra” pede a palavra, vê com alguma preocupação na parte inicial do relatório que existe alguma dificuldade de comunicação entre a União de Freguesias e a Câmara Municipal. Prossegue dizendo que os grandes equipamentos em Sta. Clara são pólos atratores de turismo e economia. Pede ao executivo para tentar melhorar a relação com a Câmara, porque a freguesia só tem a ganhar, ambas as instituições representam a Cidade, é preciso tomar isso como base de relacionamento.

- José Graça do Partido Socialista, parabeniza o executivo pelo resultado positivo do relatório de contas. Realça que na página 4 diz que o Centro Social de Castelo Viegas teve o apoio da Junta de Freguesia, o que não corresponde à verdade.

- O Presidente do Executivo esclarece que foi um erro de escrita, onde se diz Centro Social de Castelo Viegas deve-se ler "Salão Paroquial de Castelo Viegas"

- José Graça do "Partido Socialista" prossegue a sua intervenção, fala na Igreja de Santo Estevão que recebeu 6000 euros, mas que na realidade esse montante é para duas entidades diferentes, em cada uma recebe 3000 euros. Na página 19, no quadro está o défice do lado direito quando tem de estar do lado esquerdo. O envolvimento da Feira Popular dá défice, mas está lá como superávite, ou seja, está errado e é preciso retificar. Na página 20 continua a reparar que os bilhetes dados são tarifados, insiste que este procedimento não é correto, os convites não podem ser tarifados. Na parte que refere os membros dos órgãos autárquicos e seus abonos para compensação de encargos, representação, deslocação, estadias e aluguer de transportes, surgem-lhe algumas dúvidas, nomeadamente o que são esses abonos e o porquê dessa verba gasta. Em relação aos Abonos do Presidente e de outros membros refere que a tempo inteiro o Presidente tem direito a todos os valores descritos para subsídios e despesas mas que como está a meio tempo deixa de ter direito a esses subsídios e despesas. Estando o Presidente e a vogal Bertília a meio tempo não podem receber 14 meses de remuneração por ano mas sim 12 meses como está descrito na lei. No entanto ressalva que se for legal, acha muito bem que o sejam pagos.

Chama mais uma vez atenção para a verba de "Despesas de Representação" e o valor constante no Relatório.

- O Presidente do Executivo, elucida que o abono de compensação de encargos é para vencimentos do tesoureiro e secretário, que foi feita uma auditoria às contas e que não foram encontradas irregularidades. Está dentro da lei e não admite que ponham em causa a sua honestidade.

- João Abreu da Coligação "Por Coimbra" pede a palavra, louva o trabalho realizado pelo executivo na elaboração do relatório, que espelha o empenho e a dedicação do executivo com realidade e minúcia. É da opinião que o relatório promove o levantamento de questões pertinentes, de grande valor contabilístico e é um relatório de uma grande veracidade. Faz o apelo à Assembleia de Freguesia para votar favoravelmente este relatório.

- O Presidente da Assembleia de Freguesia refere que na parte do relatório respeitante à Feira Popular aparece o valor de 27.675 euros relativamente a eletricidade. Refere que foi a Câmara que pagou o consumo de eletricidade pelo que pergunta a que é que se refere este valor.

- O Presidente do Executivo explica que o valor em questão se refere à montagem do equipamento elétrico.

- O Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se é um ajuste direto a uma empresa de eletricidade porque é que não veio descrito como equipamento elétrico em vez de vir descrito como eletricidade.

- O Tesoureiro do Executivo refere que foi uma designação que poderá ser facilmente alterada para não induzir a interpretações erradas.

- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca o Relatório de Contas a votação.

Relatório de Contas **Reprovado** por maioria com voto de qualidade do Presidente da Assembleia. Com 5 votos a favor da Coligação “Por Coimbra” e 1 Independente; 1 abstenção dos “Cidadãos Por Coimbra” 5 votos contra do “Partido Socialista” e 1 da” Coligação Democrática Unitária” (CDU). (Declaração de voto do Partido Socialista e declaração de voto da Coligação Democrática Unitária em anexo).

Assim a votação obteve o seguinte resultado:

Votos a favor - 6

Votos Contra - 6

Abstenção - 1

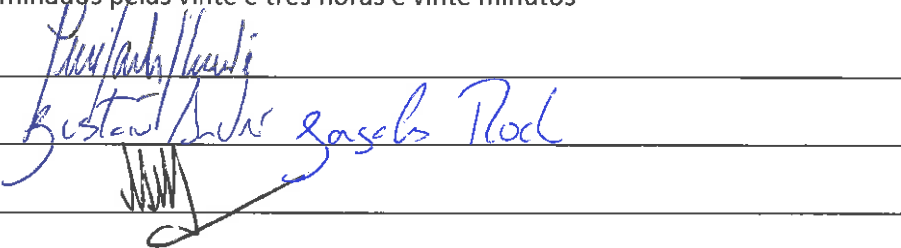
- Miguel Pinto Lopes da Coligação “Por Coimbra” pede a palavra, refere que da parte da bancada da Coligação “Por Coimbra”, constata-se que o preenchimento do lugar ocupado pelo membro da Coligação Democrática Unitária não está suportado em documento válido, que alias nem sequer foi levado ao conhecimento da Assembleia de Freguesia. Nestes termos e condicionalmente à apresentação desse documento obviamente datado em momento histórico temporal e presente à Assembleia de Freguesia, entende modestamente a bancada da coligação “Por Coimbra” que a Sra. Isabel Fernandes não está coberta pelo manto da legalidade e como tal, não tem legitimidade para ter assento nesta Assembleia de Freguesia. Deste modo considera que a votação está inelutavelmente inquinada o que desde já é invés para os devidos efeitos legais.

Sem mais assuntos a discutir o Presidente da Assembleia da União de Freguesias deu os trabalhos terminados pelas vinte e três horas e vinte minutos

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

The image shows three horizontal lines for signatures. The first line is signed by Miguel Pinto Lopes. The second line is signed by Gustavo Luís Gaspar Rod. The third line is signed by an individual whose name is not legible.